

das Alfandegas  
partilho

Funchal, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta nos meses de setembro de 1909 e 1910

Alfandega de Ponta Delgada				Alfandega de Angra do Heroísmo				Alfandega da Horta				Total					
1909	1910	Diferenças em 1910		1909	1910	Diferenças em 1910		1909	1910	Diferenças em 1910		1909	1910	Diferenças em 1910			
		Para mais	Para menos			Para mais	Para menos			Para mais	Para menos			Para mais	Para menos		
11.942.1986	8.866.607	-	3.076.5379	4.854.5771	4.570.5489	-	284.5282	4.373.5100	2.972.5449	-	1.400.5651	1.262.571.5032	1.077.968.5929	-	184.707.5108		
197.5731	105.5767	-	91.5964	304.5842	178.5698	-	125.5649	53.5275	177.5172	123.5897	-	45.569.5798	36.486.5604	-	9.083.5194		
1.040.5685	2.557.5472	1.516.5887	-	284.5962	255.5570	20.5608	-	-	-	-	-	55.881.5388	32.844.5997	-	23.036.5341		
199.5958	445.5128	245.5170	-	8.5478	18.5807	5.5329	-	-	-	-	-	15.724.5492	21.756.5702	6.032.5210	-		
13.185.5970	1.022.5650	-	295.5320	314.5510	117.5120	-	197.5390	124.5143	78.5606	-	45.5537	30.509.5369	35.758.5739	5.244.5370	-		
83.5498	32.5219	-	1.5279	26.5528	20.5621	-	5.5907	10.5521	19.5102	8.5581	-	124.5983	163.5810	38.5827	-		
88.5971	178.5285	89.5264	-	39.5375	40.5732	1.5357	-	3.5469	6.5022	2.5558	-	6.182.5987	6.385.5908	152.5916	-		
83.5583	79.5245	-	4.5388	28.5109	25.5175	-	2.5934	11.5990	11.5288	-	5.752	11.575.5767	-16.215.5898	1.640.5126	-		
59.5840	119.5590	59.5750	-	64.5637	172.5316	107.5679	-	-	-	-	-	199.659.5550	215.927.5748	16.268.5198	-		
354.5268	428.5859	69.5591	-	134.5658	165.5461	30.5803	-	129.5494	288.5576	104.5082	-	-	519.5410	728.5145	208.5785	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.812.5686	17.079.5277	3.266.5591	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.527.5076	84.213.5845	5.686.5269	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.139.5111	30.832.5949	6.693.5832	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.503.5507	11.176.5574	678.5067	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.895.5840	4.298.5570	-	1.601.5770	
471.5238	486.5942	15.5704	-	374.5812	577.5566	202.5754	-	406.5500	481.5665	75.5165	-	-	29.940.5112	25.001.5014	1.060.5902	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.5457	6.5154	1.5697	-	-	158.5879	281.5088	122.5154	-
6.5857	18.5268	11.5406	-	13.5457	38.5108	24.5646	-	122.5413	79.5743	-	-	-	42.5670	173.5047	159.5865	-	
9.5240	14.5896	5.5656	-	6.5663	11.5269	4.5606	-	-	1.5973	6.5260	4.5287	-	-	815.562	909.5606	94.5044	-
-	1.5460	1.5460	-	-	-	-	-	-	3.5246	5.5649	-	-	-	2.5597	85.5789	556.5061	470.5392
-	-	-	-	-	-	-	-	-	166.5668	166.5668	-	-	-	5.880	512.5740	512.5360	-
10.5740	9.5796	-	3.5944	1.5800	-	-	-	-	5.5226	5.5226	-	-	-	1.192.5373	709.5136	-	488.5287
305.5052	342.5260	37.5208	-	152.5622	192.5676	40.5054	-	143.5897	223.5814	79.5417	-	-	25.039.5677	27.115.5204	2.075.5527	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	526.5300	632.5200	105.5900	-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	885.5790	1.198.5295	362.5505	-	
278.5680	-	-	278.5680	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.499.5800	376.5000	-	3.128.5800	
139.5340	-	-	139.5340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.749.5900	188.5000	-	1.561.5900	
45.5582	116.5636	71.5054	-	12.5569	10.5995	-	-	1.5574	1.5381	4.5656	3.5275	-	2.729.5734	8.474.5021	744.5287	-	
16.587.5169	14.821.5626	2.128.5701	3.889.5244	6.572.5293	6.390.5598	437.5836	619.5586	5.589.5859	4.607.5385	709.5738	1.492.5207	-	1.806.250.5188	1.638.137.5025	55.592.5180	223.705.5293	
Diferença para menos...		1.765.5549	Diferença para menos...		181.5700	Diferença para menos...		782.5474	Diferença para menos.....					168.118.5113			

e das corporações locaes os domingos, geralmente consagrados ao descanso hebdomadario.

§ unico. Os dias até agora considerados santificados, serão dias uteis de trabalho para todos os effeitos.

Art. 4.º Nas escolas e nos tribunais de qualquer natureza das colonias, continuará a observar-se a legislação vigente no que respeita a ferias.

§ unico. Estas disposições não alteram o que na legislação anterior se achava estabelecido acerca de factos que podem ou devam praticar-se em dias feriados ou nos domingos.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nesse se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 19 de novembro de 1910.—Joaquim Theophilo Braga—Antonio Jose de Almeida—Afonso Costa—José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto—Amaro de Azevedo Gomes—Bernardino Machado—Antonio Luis Gomes.

#### 2.ª Repartição

##### 2.ª Secção

Para os devidos effeitos se publica que S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Marinha e Colonias, por seu despacho de hoje mandou suspender o concurso para a adjudicação do arrendamento do müssico nos prazos da Zambezia (Alto e Baixo Moloqué), criados por decreto de 21 de abril de 1910, e cujo anuncio, pela Repartição Superior de Fazenda de Moçambique, veio publicado no Diário do Governo n.º 37, de 17 do corrente.

Directo Geral das Colonias, em 22 de novembro de 1910.—O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

#### 3.ª Repartição

##### Despacho effectuado na data abaixo indicada

Em 18 do corrente mês:

Antonio Aires de Mendonça, regente agricola da província de Angola — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias, que lhe arbitrou noventa dias de licença para se tratar. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e adicionaes).

Directo Geral das Colonias, em 22 de novembro de 1910.—O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

#### 6.ª Repartição

##### 1.ª Secção

Cumprindo restabelecer desde já na Directo Geral das Colonias o quadro orgânico do pessoal de serviço, aprovado por decreto de 13 de agosto de 1902;

Considerando que a esse quadro foram adjuntos, por simples despachos ministeriales, individuos estranhos aos serviços publicos, admittidos a titulo de apontadores de obras publicas do ultramar, ou como auxiliares de escrituração, prêterindo-se os preceitos legaes reguladores da admissão de empregados;

Considerando, também, que a retribuição d'esses empregados extraordinarios, acrescida com gratificações permanentes, tem constituido encargo para a Fazenda publica, não previsto no quadro das despesas orçamentaes, cumprindo que seja extinto;

Considerando que pela continuidade de trabalho na Secretaria da Directo Geral das Colonias, adquiriram os admittidos empregados a aprendizagem das funcções atribuidas aos amanuenses, sendo certo que alguns d'esses individuos conseguiram ter apreciavel competencia que os constitue na categoria de prestantes servidores;

Considerando que o interesse do país, e a applicação

de procedimento baseado em merecida equidade, podem conjugar-se por forma a pôr termo á situação criada por abusivas resoluções, sem que do processo a empregar resulte prejuizo para os empregados extraordinarios que por seu trabalho provadamente util se mostrem merecedores de consideração;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte :

Artigo 1.º Os empregados extraordinarios da Directo Geral das Colonias que foram admittidos a servir na respectiva secretaria, tendo sido nomeados por despachos ministeriales apontadores ou auxiliares de escrituração, serão submettidos, em concurso, á demonstração da sua competencia para o exercicio das funcções de amanuenses, mediante provas praticas, perante um jury composto por tres chefes de repartição da Directo Geral das Colonias.

Art. 2.º Os concorrentes á demonstração practica da sua competencia serão classificados pelo jury em merito absoluto e em merito relativo.

Art. 3.º Os concorrentes classificados como *muito bons* e *bons* serão grupados segundo o merito relativo, preferindo-se os de nota superior para o provimento das actuaes e futuras vacaturas na classe de amanuenses da Directo Geral.

Art. 4.º Os empregados cujas provas não os habilitarem a merecer a classificação de *bons* serão separados da Secretaria e collocados em serviço no Arsenal de Marinha com os vencimentos que actualmente percebem, e na qualidade de auxiliares de escrituração.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nesse se contém.

O Ministro da Marinha e Colonias o faça imprimir, pu-

blicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, aos 22 de novembro de 1910. — Joaquim Theophilo Braga = Antonio José da Almeida = Afonso Costa = José Relvas = Antonio Xavier Correia Barreto = Amaro de Azevedo Gomes = Bernardino Machado = António Luis Gomes.

Por decreto de 19 do corrente mês: José da Horta Brito, funcionário do 2.º grau administrativo da província de Moçambique — exonerado do logar de amanuense da Direcção Geral das Colônias, para que foi nomeado por decreto de 29 de abril de 1909. Direcção Geral das Colônias, em 22 de novembro de 1910. — O Director Geral, J. M. Teixeira Guimarães.

### Inspeção Geral de Fazenda das Colônias

#### 3.ª Secção

Despacho efectuado por portaria de 22 do corrente mês Wladimiro de Menezes Moreira — exonerado, a seu pedido, do logar de segundo aspirante da Repartição Su-

perior de Fazenda da província de Cabo Verde, para que foi nomeado por portaria de 27 de março de 1908.

Inspeção Geral de Fazenda das Colônias, em 22 de novembro de 1910. — O Inspector Geral, Eusebio da Fonseca.

tugal, tem de ser apresentada à conferência internacional do opio, que vai reunir-se em Haya.

Paços do Governo da República, aos 8 de novembro de 1910. — Bernardino Machado.

### MINISTÉRIO DO FOMENTO

#### Direcção Geral das Obras Públicas e Minas Repartição de Obras Públicas

Havemos por bem decretar que as disposições do § único do artigo 69.º do regulamento para execução e contabilidade das obras públicas aprovado por decreto de 10 de maio de 1907, que foram alteradas no que respeita às obras de edifícios públicos dentro de Lisboa, por decreto de 27 de outubro do corrente ano, sejam igualmente modificadas relativamente às obras de edifícios públicos na área da cidade do Porto, devendo os jornaes do pessoal nestas empregados ser pagos semanalmente.

Os Ministros das Finanças e do Fomento o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, aos 21 de novembro de 1910. — José Relvas = Antonio Luis Gomes.

Nota das receitas eventuais que no mês de agosto de 1910 fizeram arrecadar nos cofres do Tesouro os seguintes estabelecimentos dependentes d'esta Direcção Geral

Direcções	Emolumen- tos de licenças para construções	Venda ambulante	Abertura de portas e alterações de fachadas	Encanamento de águas	Construção de casas e outras construções	Vedação de terrenos	Aluguer de leito de estradas em construções urbanas	Diversas receitas eventuais	Transgres- sões	Arrematação de frutos de árvores	Venda de árvores e hervagens	Limpeza de árvores	Venda de madeira velha	Venda de ferramentas e materiais de construção	Receitas avulsa- nas não classificadas	Total
Viana do Castelo	-	-	-	-	10.614	17.690	-	-	-	10.590	-	-	-	-	-	39.520
Braga	-	-	3.608	-	14.523	-	3.608	15.144	-	84.880	-	-	-	-	-	121.441
Porto	-	-	3.538	3.538	53.072	14.152	-	3.638	15.182	9.600	-	-	-	-	-	102.457
Vila Real	-	-	-	3.540	3.540	7.180	-	-	6.4315	-	-	-	-	-	-	20.457
Bragança	-	-	-	-	3.608	-	-	-	7.566	-	-	-	-	-	-	11.174
Aveiro	-	-	-	-	21.648	-	-	-	9.4465	-	9.900	-	-	-	-	41.013
Viseu	-	-	-	3.638	10.914	14.552	-	-	27.4070	2.150	4.750	1.100	-	-	-	64.174
Guarda	21.538	-	-	-	-	-	-	-	11.5349	-	23.590	-	-	-	-	56.4887
Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.5569
Castelo Branco	-	-	-	-	-	3.608	-	-	1.261	-	1.6700	-	-	-	-	2.400
Leiria	49.532	-	-	-	-	-	-	-	2.522	-	16.460	-	-	-	-	70.914
Santarém	54.6120	-	-	-	-	-	-	-	3.5788	-	16.000	-	-	-	-	81.4072
Lisboa (1)	3.6538	-	7.216	-	-	3.638	-	5.630	2.100	-	-	-	-	-	-	49.8349
Lisboa (3)	8.608	-	10.754	3.608	7.146	7.146	10.900	-	6.187	-	-	-	-	-	-	9.208
Portalegre	7.222	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.5376
Evora	-	-	-	-	3.608	-	-	3.600	-	17.262	-	2.000	1.600	-	-	196.4709
Beja	10.614	-	-	3.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.6401
Faro	31.4912	-	-	-	-	-	-	-	1.202	163.595	-	-	-	-	-	-
Horta	5.640	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Museu Etnológico Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.ª Secção dos Serviços Fluviais e Marítimos	7.5080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.5080
	194.5904	-	25.8116	17.6824	114.150	82.5089	10.900	15.4476	126.5358	165.5745	187.5390	5.600	2.5506	2.5400	948.5558	

1.ª Repartição da Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, em 31 de outubro de 1910. — O Chefe da Repartição, João da Costa Couraça.

### Direcção Geral do Comércio e Indústria

#### Repartição da Propriedade Industrial

#### Patentes de invenção

##### Aviso de pedidos

Em cumprimento do disposto no artigo 18.º do regulamento para a execução do serviço da propriedade industrial de 28 de março de 1895, e para conhecimento dos interessados, se annuncia que, nos dias abaixo designados, foram pedidas patentes de invenção pelos individuos constantes da relação que segue:

N.º 7.537.

**Société Anonyme La Washington**, com sede em Bruxelas, requereu, pelas duas horas da tarde do dia 14 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Lampada de incandescência de hydrocarboneto e com bicos invertidos», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«Uma lampada de incandescência de hydrocarboneto e com bicos invertidos com vaporizador e câmara de mistura, caracterizada pelo facto de vaporizador, colocado n'uma posição inclinada proxima da horizontal, passar por cima do topo do bico entre duas ramificações da câmara de mistura, ao passo que os gases quentes provenientes dos bicos são dirigidos para a câmara de mistura por uma chapa que forma obstáculo antes de poderem sair para a parte superior do envelopo da lampada.

2.º Uma forma de execução da lampada de incandescência de hydrocarboneto e com bicos invertidos, que é objecto da reivindicação 1.º, caracterizada pelo facto do reservatório de hydrocarboneto estar disposto por cima do corpo da lampada de modo a ser aquecido mais ou menos pelos productos de combustão e a fazer contribuir a pequena pressão assim criada n'este recipiente, pela vaporização parcial de líquido n'elle contido, para a montação continua do vaporizador quando a pressão inicial diminui.

3.º Uma forma de execução da lampada de incandescência de hydrocarboneto e com bicos invertidos, objecto da reivindicação 1.º, caracterizada pelo facto dos bicos cooperarem, a fim de se obter um aquecimento directo do vaporizador, com uma manga unica de forma oval, ou de qualquer outra forma conveniente, e com uma chapa que dá passagem aos bicos e criada de um orifício central pelo qual a chama actua directamente sobre o vaporizador».

N.º 7.538.

**First American Perfumery Oja**, G. m. b. H., com sede em Berlim, requereu, pelas três horas da tarde do

dia 15 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Apparelho para aplicar por fricção, pastas perfumadas, corpos gordos e gordorosos, pomadas, etc., á pelle, estofo e outros objectos, o qual consiste num tubo a, que contém a materia a aplicar b e que é fechado de um lado pelo fundo e do outro lado, total ou parcialmente, por um ou mais orgãos c (esfera, rolo, etc.), que podem facilmente girar dentro do tubo a, sendo a referida matéria b premida, contra o ou os ditos orgãos rotativos c, por meio de uma mola, etc., d».

«Apparelho para aplicar por fricção, pastas perfumadas, corpos gordos e gordorosos, pomadas, etc., á pelle, estofo e outros objectos, o qual consiste num tubo a, que contém a materia a aplicar b e que é fechado de um lado pelo fundo e do outro lado, total ou parcialmente, por um ou mais orgãos c (esfera, rolo, etc.), que podem facilmente girar dentro do tubo a, sendo a referida matéria b premida, contra o ou os ditos orgãos rotativos c, por meio de uma mola, etc., d».

N.º 7.539.

**Banque du Radium**, sociedade anonyma francesa, com sede em Paris, requereu, pelas três horas da tarde do dia 15 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Apparelho para esterilizar líquidos por meio de raios ultra-violetas», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«Apparelho para esterilizar líquidos por meio de raios ultra-violetas, o qual comprehende essencialmente:

1.º Para os apparelos de produção media, um recipiente dentro do qual é líquido, admitido sob pressão, está animado de um movimento de rotação muito rápido, e abre-se por cima do crificio central de saida, de maneira a formar uma cavidade, na qual pode ser collocada a fonte que emite os raios ultra-violetas, sendo quasi todos getes raios assim utilizados para esterilizar o líquido, cujas gotas ficam todas submettidas á sua ação durante um tempo relativamente longo;

2.º Para os apparelos de grande produção, um recipiente do género mencionado na reivindicação 1.º, mas no qual se substituiram uns fundos chatos por fundos em forma de cones de coro, cujo ângulo no vertice está calculado de modo a permitir a utilização de todos os raios ultra-violetas emitidos pela fonte luminosa, e que têm, como efeito, além d'isto, aumentar a solidez dos apparelos.

N.º 7.540:

**A mesma**, requereu, pelas três horas da tarde do dia 15 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Electrodo de alumínio forrado de ferro para lampadas electricas de arco», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«Electrodo de alumínio forrado de ferro, a fim de aumentar o rendimento luminoso e a quantidade de ultra-violeta».

N.º 7.541:

**João José Gama de Azevedo**, cidadão português, industrial, residente em Lisboa, requereu, pelas três

horas da tarde do dia 16 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Junção para mangueiras», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

1.º Junção pela qual as extremidades das mangueiras para serviços de incêndios, se podem engatar rapidamente sem que seja necessária a combinação de machos com fêmeas;

2.º Junção pela qual as suas roscas ficam sempre protegidas pelas forças, evitando assim a sua inutilização proveniente de qualquer choque ou roçada pelo solo.

N.º 7.542.

**Fried. Krupp Aktiengesellschaft**, com sede em Essen, Alemanha, requereu, pelas três horas e meia da tarde do dia 16 de novembro de 1910, patente de invenção para: «Mechanismo de pontaria para peça de artilharia», declarando ser de sua concepção o seguinte que reivindica:

1.º Um mecanismo de pontaria para as peças de artilharia cuja linha de mira, a fim de se suprimir a influencia da obliquidade das rodas, pode receber um movimento de oscilação em torno de um eixo regulável paralelamente á direcção a comunicar ao eixo da alma da boca de fogo, no qual o eixo de oscilação da linha de pontaria coincide com o eixo de rotação de um carro que serve para a regulação do ângulo de tiro correspondente ao afastamento do alvo;

2.º Uma peça de artilharia com recuo da boca de fogo sobre o reparo dotada de um mecanismo de alça segundo a reivindicação 1.º, na qual, o carro rotativo que serve para a regulação do ângulo de tiro correspondente ao afastamento do alvo, está ligado, por intermédio de uma transmissão por veios a um órgão do comando do mecanismo de pontaria em altura, caracterizada pelo facto de um braço, ligado rigidamente ao berço e no qual está montado o mecanismo de alça, ser constituído em forma de corpo óco, cuja cavidade recebe pelo menos uma parte da transmissão por veios que liga o carro, que serve para a regulação do ângulo de tiro correspondente ao afastamento do alvo, ao órgão de comando do mecanismo de pontaria em altura;

3.º Uma alça para peças de artilharia com recuo da boca de fogo sobre o reparo segundo a reivindicação 2.º, na qual o carro, que serve para a regulação do ângulo de tiro correspondente ao afastamento do alvo é constituído por um carro espiral que engrena com uma dentadura da haste de alça, caracterizada pelo facto da espiral segundo a qual se desenvolve a saliência activa do carro se afastar tão pouco quanto possível de um círculo.

Da data da publicação do terceiro aviso começa a contar-se o prazo de três meses para reclamações de quem se julgar prejudicado pelas patentes pedidas.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 19 de novembro de 1910. — O Director Geral, E. Madeira Pinto.